JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Cada entidade ficará responsável por manter os serviços essenciais

Dia do Servidor Público: ponto facultativo será na sexta-feira (30)

Celebrado em 28 de outubro, o Dia do Servidor Público terá o ponto facultativo transferido para sexta-feira (30). Com isso, a data se une ao fim de semana e ao feriado de Finados, em 2 de novembro, segunda-feira. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a medida vale para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sem comprometer a continuidade dos serviços essenciais. Cabe a cada órgão garantir o funcionamento das atividades indispensáveis. A data homenageia servidores de todo o país e foi instituída em 1939, durante o governo de Getúlio Vargas. Em 28 de outubro daquele ano, o Decreto-Lei 1.713 estabeleceu o primeiro Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, com regras sobre ingresso, direitos, deveres, licenças e aposentadoria, além de marcar a comemoração. A legislação ajudou a organizar o funcionalismo público federal.

Governo Federal aponta aumento de servidores

De acordo com dados do Governo Federal, depois de um período de sete anos marcado pela redução de 71 mil servidores federais, sem considerar a área de educação, o governo federal voltou a registrar crescimento líquido de pessoal e ampliou as autorizações para recompor as equipes da administração pública. Entre 2023 e 2026, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos autorizou 25.767 provimentos, distribuídos por 104 órgãos e 145 cargos. Os dados são do Painel de Provimento de Pessoal.

AGÊNCIA BRASIL



Números etão no Painel de Provimento de Pessoal do MGI

LideraGOV seleciona 50 servidores para gestão

O Ministério da Gestão e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) selecionaram 50 servidores federais para a sexta edição do LideraGOV, programa de formação de lideranças públicas. A turma reúne profissionais de 43 órgãos e 12 estados. As mulheres representam 52% dos participantes, e 74% são pessoas negras. A formação, iniciada em agosto, ocorre de forma remota ao longo de dez meses e busca desenvolver competências para o exercício de funções estratégicas na administração pública, com foco na melhoria da gestão.

Fazenda de SP tem 60 vagas e salário de R$ 11 mil

A Fazenda de São Paulo abriu concurso para 60 vagas de analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, com remuneração de até R$ 11.359,50. Há 20 vagas para cada área: Orçamento e Finanças Públicas, Contabilidade Pública e Ciência de Dados e Tecnologia da Informação. É exigido nível superior. As inscrições vão até 3 de novembro, pelo site da Fundação Carlos Chagas, com taxa de R$ 150. As provas serão em 20 de dezembro.

CPNU como inspiração I

O Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), o Ministério da Gestão e a organização República.org firmaram compromisso para compartilhar experiências do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). A iniciativa prevê troca de metodologias, dados e apoio técnico aos estados interessados em aprimorar seleções públicas.

CPNU como inspiração II

A adaptação do Concurso Público Nacional Unificado às administrações estaduais dependerá de estudos técnicos, jurídicos e operacionais. A carta assinada pelo Consad, pelo Ministério da Gestão e pela República.org prevê respeito à autonomia dos estados. A proposta busca ampliar o acesso às seleções e racionalizar custos, especialmente carreiras transversais.

E falando em CPNU...

O Concurso Nacional Unificado ampliou o acesso às carreiras federais ao aplicar provas em 228 municípios brasileiros. Segundo o Ministério da Gestão, a distribuição dos locais buscou permitir que cerca de 95% da população pudesse fazer as provas a até 100 quilômetros de casa. Na primeira edição, foram autorizados 8.737 provimentos e, na segunda, 4.125.

Concurso do IDAF - ES

O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo abriu concurso para cargos de níveis médio técnico e superior, com salários de até R$ 8.477,66. Há 14 vagas imediatas para técnicos e cadastro de reserva para outras funções. As inscrições vão de 6 de novembro a 6 de dezembro, pelo site do IDCAP. As provas estão previstas para 24/01.

Novos Analistas de TI

O Ministério da Gestão recebeu 230 novos analistas de Tecnologia da Informação aprovados no Concurso Público Nacional Unificado. Os servidores começaram a atuar em diferentes órgãos federais. Com a chegada da turma, a carreira passou de 408 para 760 profissionais, dos 1.300 cargos previstos. A iniciativa busca ampliar a capacidade tecnológica do governo.

Concursos para escrevente

O TJ-SP abriu concursos para escrevente, de nível médio, e oficial de justiça, de nível superior. Os salários são de R$ 6.782,54 e R$ 9.856,95, respectivamente. As inscrições vão até 10 de dezembro, pelo site da Vunesp. As provas objetiva e discursiva estão previstas para 14 de março de 2027, na capital paulista e em outras cidades do estado.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Proposta tem prazo até sexta-feira (30), ainda precisa ser votada no Senado

Câmara aprova aumento do adicional de fronteira em 2027

Texto eleva indenização diária de R$ 91 para R$ 191 e inclui novas carreiras

Da **Redação**

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de terça-feira (27), a Medida Provisória 1.375/2026, que amplia as categorias beneficiadas pela Indenização de Localidades Estratégicas (ILE), conhecida como adicional de fronteira. O valor passa de R$ 91 para R$ 191 por dia de efetivo trabalho, a partir de 1º de janeiro de 2027. O texto segue para votação no Senado, que tem até sexta-feira (30) para analisar a proposta antes do fim da vigência da MP.

O benefício é destinado a profissionais que atuam na prevenção, fiscalização, controle e combate a crimes transfronteiriços. Não é incorporado ao salário e depende dos dias trabalhados nas localidades contempladas. Com o novo valor, um servidor que recebe a indenização por 20 dias no mês poderá ganhar R$ 3.820, ante os atuais R$ 1.820.

Durante a votação, os deputados ampliaram a lista de categorias contempladas. Entre elas estão integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), analistas técnicos do Executivo em exercício na Polícia Federal, na Polícia Rodoviária Federal e na Receita Federal, auditores federais de finanças e controle, peritos criminais, servidores da Funai, fiscais agropecuários, profissionais do INSS, de agências reguladoras e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

O texto também inclui profissionais do magistério federal, técnicos-administrativos de instituições federais de ensino, servidores dos antigos territórios federais e policiais civis dessas unidades. A medida valida pagamentos retroativos para determinadas categorias e permite classificar municípios da Amazônia Legal como localidades estratégicas, mesmo fora da faixa de fronteira.

Outra mudança transforma 254 cargos vagos de agente administrativo do Ministério da Fazenda em 50 cargos de inspetor federal do mercado de capitais, destinados à Comissão de Valores Mobiliários. Segundo o governo, a alteração não gera despesas adicionais, pois os novos cargos serão compensados financeiramente pelos extintos.

Instituída em 2013, a indenização permaneceu congelada em R$ 91. A atualização busca recompor o valor e fortalecer a presença de profissionais em áreas estratégicas. Se o Senado não aprovar a MP até sexta-feira, ela poderá perder a validade.